



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Reunião Regional do CNAS com os CEAS –  
Região Nordeste**

**Ata da ordem do dia 24 de novembro de 2020**

**(Realizada por Videoconferência)**

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da Reunião Regional do CNAS com os CEAS – Região Nordeste**

**Local:** Ambiente Virtual CNAS

**Data:** 24/11/2020

1 Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte realizou-se a Reunião Regional do  
2 CNAS com os CEAS – Região Nordeste, sob a coordenação da Conselheira Nacional Heloiza de  
3 Almeida Prato Botelho Egas, Representante do Ministério da Cidadania e do Conselheiro Nacional  
4 Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco - ISJB. **ABERTURA:** A Conselheira  
5 Nacional Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do CNAS e Representante do Instituto  
6 EcoVida, iniciou a reunião cumprimentando a todos e agradeceu a presença dos representantes do  
7 CEAS/AL, CEAS/BA, CEAS/CE, CEAS/PB, CEAS/PE, CEAS/PI, CEAS/RN, CEAS/SE,  
8 CMAS/Salvador, CMAS/Maceió, CMAS/Fortaleza, CMAS/João Pessoa e CMAS/Aracaju.  
9 Lembrou que o fato de estarem em período de pandemia não desobriga da responsabilidade como  
10 conselheiros de assistência social e apresentou a seguinte programação proposta para a reunião: 09h  
11 às 10h – Abertura; 10h às 10h40 - TEMA 1: O monitoramento do IGD Bolsa Família, a ser  
12 executado pelos CEAS e CMAS; 10h40 às 12h – Debate; 12h às 14h - Almoço; 14h às 16h - TEMA  
13 2: Debate sobre atuação do controle social do SUAS frente à pandemia e funcionamento das  
14 reuniões dos Conselhos em formato virtual e presencial; e Prestação de contas dos recursos  
15 extraordinários das Portarias nº 369 e 378 (Levantamento de dúvidas para subsidiar ofertas de apoio  
16 técnico sobre o tema); 16h às 17h30 - TEMA 3: O Monitoramento da paridade dos Conselhos de  
17 Assistência Social com base na apresentação do Relatório do DGSUAS - Portaria MC nº109/2020;  
18 17h30 às 18h - Avaliação e encerramento. Informou sobre a realização da Reunião Descentralizada  
19 e Ampliada do CNAS que acontecerá a partir do dia 7 de dezembro de 2020 e sobre a publicação da  
20 Resolução CNAS nº 20, de 20 de novembro de 2020, garantindo as ofertas dos serviços para a  
21 população indígena. Explanou que, ao final dessa reunião, todos os participantes devem responder a  
22 avaliação e encaminhar para a Secretaria-Executiva do CNAS e desejou uma boa reunião a todos. A  
23 Conselheira Estadual Tereza Serra, CEAS/CE, afirmou que é sempre satisfatório estarem reunidos  
24 para discutir sobre a Política de Assistência Social e externou a sua preocupação com relação ao  
25 momento de transição dos governos municipais e ao orçamento e financiamento da política.  
26 Explanou que o CNAS precisa concluir a revisão da Resolução CNAS nº 237/2006 e discorreu que  
27 existem muitas dúvidas com relação à prestação de contas dos recursos extraordinários, entendendo

28 que existe a necessidade de elaborar uma orientação. Destacou a importância da revogação da  
29 Emenda Constitucional nº 95/2016, da reestruturação do pacto federativo na perspectiva da  
30 segurança e da proteção social e da criação de um piso mínimo emergencial para os serviços de  
31 enfrentamento da pandemia da Covid-19. A Conselheira Municipal Irmã Maria do Rosário,  
32 CMAS/João Pessoa, relatou a situação do CMAS/João Pessoa e compreendeu que os conselhos são  
33 a voz dos municípios para os estados. Salientou a importância dos recursos para efetivação da  
34 Política de Assistência Social e do contato com o CNAS para fortalecimentos dos conselhos  
35 estaduais e municipais. A Sra. Mirian da Silva Queiroz, Secretária-Executiva Substituta do CNAS,  
36 explicou que a Resolução CNAS nº 237/2006 vem sendo debatida desde a gestão anterior pelas  
37 Comissões de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, ponderando que  
38 os conselheiros tentaram não fazer muitas alterações, adequando-a apenas a legislação atual.  
39 Informou que foi deliberado pela realização de uma consulta pública com prazo de 90 dias na 291ª  
40 Reunião Ordinária do CNAS, esclarecendo que a Secretaria-Executiva do CNAS está trabalhando  
41 para operacionalizar essa consulta. Apresentada a metodologia proposta para a reunião pelo  
42 Conselheiro Nacional Carlos Nambu, passou-se a apresentação do Tema 1: O monitoramento do  
43 IGD Bolsa Família, a ser executado pelos CEAS e CMAS. A Conselheira Nacional Heloiza de  
44 Almeida Prado Botelho Egas convidou o Sr. Márcio Mauricio Fernandes, Coordenador de Apoio a  
45 Gestão Descentralizada da SENARC, para realizar a apresentação do referido tema. O Sr. Márcio  
46 Mauricio Fernandes cumprimentou a todos e explicou que o IGD avalia o desempenho da gestão  
47 municipal e o seu resultado gera recursos, elencando as condicionalidades avaliadas. Ilustrou sobre  
48 os fatores do IGD-M e maneira de fazer o cálculo dos recursos financeiros, destacando a evolução  
49 do IGD-M/PBF e dos recursos financeiros originados por esse índice. Apresentou a efetividade dos  
50 repasses em 2020, sendo que até setembro/2020 foram repassados R\$ 413.184.877,48 do IGD-M e  
51 R\$ 7.382.299,10 do IGD-E, totalizando R\$ 420.567.176,58. Observou que 257 municípios não  
52 receberam recursos em setembro/2020 por diversos motivos e esclareceu que os municípios que não  
53 realizaram a prestação de contas de 2018 terão que fazê-la para fazer a de 2019, informando que o  
54 gestor deve comprovar os gastos até 30/11/2020 e os conselhos devem analisá-los e aprová-los até  
55 31/12/2020. Salientou as medidas emergências realizadas relativas ao IGD e expôs a plataforma  
56 Bolsa Família e Cadastro Único do Seu Município, elencando as suas principais funcionalidades.  
57 Abrindo para os debates, a Conselheira Estadual Tereza Serra agradeceu pela apresentação e  
58 informou que o CEAS/CE possuiu uma Comissão Temática de Acompanhamento das

59 Condicionais do Programa Bolsa Família e da Gestão do Cadastro Único que adotou em seu  
60 plano de ação a apresentação do boletim com os informes do Ministério da Cidadania, sugerindo  
61 que os demais conselhos adotem essa ação. A Conselheira Nacional Heloiza de Almeida Prado  
62 Botelho Egas informou que existe uma pergunta no *chat* questionando o local de cadastramento  
63 para receber os informes do IGD/PBF e a Sra. Kátia Ferreira, CEAS/SE, informou que o CEAS/SE  
64 reordenou o seu planejamento e está fazendo ciclos de diálogos com os conselhos municipais,  
65 salientando a importância de essas informações chegarem aos conselhos para fortalecimento do  
66 controle do PBF. O Sr. Márcio Fernandes Maurício parabenizou pelas iniciativas apresentadas e  
67 explanou que o PBF requer uma articulação entre as áreas da saúde e da educação. Informou que  
68 disponibilizará o *link* para cadastramento dos informes do IGD/PBF no *chat*. A Conselheira  
69 Estadual Maria Dalva, CEAS/RN, ponderou que senti falta dessa intersetorialidade entre a saúde,  
70 educação e assistência social no seu colegiado e a Secretária-Executiva Goretti Bastos,  
71 CMAS/Maceió, relatou que o conselho municipal não parou as suas reuniões em nenhum momento  
72 e foi muito atuante nessa situação de pandemia. Compreendeu que é necessário fortalecer o controle  
73 social e o conselho. A Conselheira Estadual Rafaela, CEAS/AL, parabenizou pela iniciativa do  
74 CNAS em realizar as reuniões regionais e comunicou o CEAS/AL tem deliberado o percentual de  
75 15% do IGD/PBF em resolução. O Sr. Márcio Fernandes Maurício discorreu que os conselhos são  
76 fundamentais para o trabalho da gestão e para execução das ações e informou que existem alguns  
77 cursos em EaD, na página do Ministério da Cidadania, que podem ser utilizados como fonte de  
78 conhecimento. O Conselheiro Municipal Narciso Coelho, CMAS/Fortaleza, parabenizou pela  
79 iniciativa do CNAS e pela apresentação realizada e arrazoou que o CMAS/Fortaleza está  
80 funcionando mesmo com todas as dificuldades impostas pela pandemia. O Conselheiro Municipal  
81 Sérgio Cruz, CMAS/Recife, agradeceu pela oportunidade de participação e pelas informações  
82 disponibilizadas e registrou o esforço do CMAS/Recife de continuar os seus trabalhos. A  
83 Conselheira Nacional Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas explanou que existe uma pergunta  
84 no *chat* questionando como a SENARC acompanha a instância de controle social do BPF e o Sr.  
85 Márcio Fernandes Maurício discorreu que são utilizados os equipamentos da assistência social  
86 através do Cadastro Único. A Conselheira Nacional Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas  
87 registrou que existe outra pergunta questionando sobre o orçamento do IGD/PBF para 2021 e o Sr.  
88 Márcio Fernandes Maurício explicou que já conseguiram o orçamento para 2021. Seguindo para o  
89 Tema 2: Debate sobre atuação do controle social do SUAS frente à pandemia e funcionamento das

90 reuniões dos Conselhos em formato virtual e presencial, a e Prestação de contas dos recursos  
91 extraordinários das Portarias n° 369 e 378 (Levantamento de dúvidas para subsidiar ofertas de apoio  
92 técnico sobre o tema), o Conselheiro Carlos Nambu sugeriu realizar uma breve apresentação sobre  
93 como o CNAS conseguiu garantir o seu funcionamento no contexto de pandemia antes que os  
94 CEAS e o CMAS realizem os seus relatos, o que foi aprovado. A Sra. Mirian da Silva Queiroz  
95 informou que o CNAS conseguiu manter o funcionamento das suas reuniões ordinárias e  
96 extraordinárias através da realização de videoconferências, destacando que existe um contrato de  
97 serviço de taquigrafia para gravação, degravação e elaboração de atas. Explicou que as transmissões  
98 pelo *Youtube* é um esforço da Secretaria-Executiva do CNAS e informou que está sendo elaborado  
99 um contrato de disponibilização de tabletes e celulares com *internet* para garantir a acessibilidade  
100 das reuniões aos conselheiros, especialmente, aos conselheiros da sociedade civil e um contrato de  
101 audiodescrição para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência. Explanou sobre a  
102 realização do processo virtual de eleição da sociedade civil do CNAS e refletiu sobre a necessidade  
103 de um bom relacionamento com o órgão gestor, para que haja a garantia dos recursos mínimos  
104 necessários para continuidade do controle social. Comunicou sobre o lançamento, no dia 3 de  
105 novembro de 2020, do curso gratuito voltado à área de assistência social com ênfase no  
106 funcionamento dos conselhos de assistência social. Abrindo para os debates, a Conselheira  
107 Municipal Goretti Bastos relatou que o CMAS/Maceió se organizou através de uma plataforma para  
108 realização das reuniões virtuais a partir do momento que foi decretado o fechamento dos serviços e  
109 do comércio, elencando as principais dificuldades. Comunicou que conseguiram contratar uma  
110 assessoria contábil para auxiliar na prestação de contas dos recursos extraordinários. A Conselheira  
111 Estadual Luciana Marinho, CEAS/CE, arrazoou que o CEAS/CE contou com o todo o apoio da sua  
112 secretaria-executiva para realização da sua eleição virtual e que as reuniões do conselho e das suas  
113 comissões estão sendo realizadas por videoconferência e não existe previsão de retorno presencial.  
114 Explanou que realizaram audiência da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS e *live* para os  
115 conselhos municipais de assistência social tratando sobre o financiamento, controle social e  
116 segurança de renda em tempos de pandemia. Acrescentou que estão trabalhando uma proposta de  
117 atualização do regimento do CEAS/CE e elaborando o plano de ação para 2021. A Conselheira  
118 Estadual Tereza Serra complementou que foram elaboradas recomendações para funcionamento dos  
119 CMAS e em relação à composição da mesa diretora, ao *ad referendum* e à paridade e  
120 proporcionalidade. Relatou que será realizada a reunião descentralizada no dia 11 de dezembro de

121 2020, em que será feito um ato em homenagem ao aniversário da LOAS. O Conselheiro Municipal  
122 Narciso Coelho discorreu que as reuniões do CMAS/Fortaleza e das suas comissões estão sendo  
123 realizadas virtualmente desde que foi decretado o fechamento dos serviços e explanou que a  
124 Secretaria apresentou um plano de trabalho relacionado às Portarias nº 369 e nº 378 que foi votado  
125 no conselho, destacando que o próximo passo será aguardar a finalização da execução para fazer a  
126 prestação de contas. O Conselheiro Municipal Sérgio Cruz explanou que o CMAS/Recife viveu a  
127 mesma situação dos demais conselhos diante à pandemia e a Conselheira Estadual Gilmara,  
128 CEAS/PB, manifestou que o conselho atuou de março/2020 até esse momento de maneira virtual e  
129 afirmou que estão apreensivos com a prestação de contas dos recursos extraordinários tendo em  
130 vista a falta de orientações. A Conselheira Estadual Robelia Lopes, CEAS/PE, explanou que as  
131 atividades remotas foram iniciadas no início da pandemia da Covid-19 e que o CEAS/PE  
132 acompanhou atento o plano estadual de contingência do enfrentamento à Covid-19, monitorando a  
133 vulnerabilidade no estado. O Conselheiro Municipal Rodrigo Xavier, CMAS/Natal, alegou que os  
134 trabalhos do CMAS/Natal não foram interrompidos pela pandemia e informou que realizam as  
135 análises documentais das entidades para os pedidos de inscrição e criaram o Grupo de Trabalho  
136 POP Rua. A Conselheira Estadual Katia Ferreira arrazoou que o CEAS/SE reorganizou o seu  
137 planejamento para realização das suas reuniões e acompanhamento aos conselhos municipais,  
138 destacando as principais atividades executadas. A Conselheira Estadual Maria Dalva externou as  
139 dificuldades do CEAS/RN em relação ao trabalho remoto e discordou da alegação de que não  
140 existem orientações sobre os recursos extraordinários, uma vez que o CONGEMAS, CNAS e vários  
141 outros realizaram *live* sobre esse assunto. Compreendeu que, após a pandemia, as reuniões serão  
142 realizadas de forma híbrida para assegurar uma maior participação e postulou que existem várias  
143 dúvidas referentes à prestação de contas dos recursos extraordinários. A Conselheira Estadual  
144 Vanessa Pita Sousa, CEAS/BA, manifestou que as reuniões do CEAS/BA estão sendo realizadas  
145 por videoconferência e informou sobre a realização de um levantamento sobre as condições  
146 submetidas aos trabalhadores durante a pandemia, em que verificaram um alto índice de  
147 adoecimento pela Covid-19. Elencou as principais atividades executadas, salientando que estão se  
148 mobilizando para conseguir assegurar todas as ações. A Conselheira Municipal Ana Paula Souza,  
149 CMAS/João Pessoa, relatou que o enfrentamento à pandemia tem sido difícil e que estão realizando  
150 as reuniões virtualmente, porém, nem sempre conseguem o quórum necessário para a sua validação.  
151 A Conselheira Estadual Ana Paula, CEAS/AL, discorreu que a realidade do CEAS/AL não defere

152 dos demais conselhos e informou que, nos últimos dois meses, houve algumas tentativas de realizar  
153 as reuniões presenciais, mas decidiram continuar com as reuniões virtuais com o aumento dos casos  
154 de Covid-19. O Conselheiro Municipal Marcos Pimentel, CMAS/Fortaleza, manifestou que há uma  
155 atuação muito boa do CMAS/Fortaleza e externou a sua preocupação com relação à situação após a  
156 finalização da Extensão do Auxílio Emergencial. Passando ao Tema 3: O Monitoramento da  
157 paridade dos Conselhos de Assistência Social com base na apresentação do Relatório do DGSUAS -  
158 Portaria MC nº109/2020, a Conselheira Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas iniciou a  
159 apresentação sobre a paridade, explicando que a paridade é a igualdade entre os pares para o  
160 equilíbrio de forças no processo democrático. Relatou como é a composição paritária nos conselhos  
161 de assistência social, sendo 50% de representantes da sociedade civil e 50% de representantes do  
162 governo, explicando que a representação da sociedade civil se dá por meio dos segmentos dos  
163 trabalhadores do SUAS, organizações de usuários e organizações e entidades da assistência social,  
164 que devem ser proporcionais. Ressaltou que a eleição para representantes da sociedade civil é um  
165 importante instrumento no processo da autonomia dos segmentos e sua efetividade nas leis dos  
166 conselhos de assistência social. Nesse sentido, ponderou que a autonomia dos segmentos e sua  
167 efetividade é fundamental para a construção da gestão democrática, na qual as decisões surgem das  
168 discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da assistência social em um processo  
169 participativo da gestão, o que implica na superação dos processos centralizados. Seguindo para a  
170 segunda apresentação, a Sra. Ana Carolina Souza, Coordenadora-Geral Substituta da Coordenação  
171 de Gestão Descentralizada e Participação Social, realizou a leitura do art. 30 da Lei Orgânica da  
172 Assistência Social e destacou a Determinação 9.1.2 do Acórdão do TCU 2404/2017 que está  
173 relacionada com a paridade. Apresentou os principais pontos da Portaria nº 109/2020 que  
174 regulamenta a averiguação do art. 30 da LOAS no exercício de 2020, explicando o processo de  
175 averiguação do seu cumprimento e de monitoramento da averiguação de composição paritária dos  
176 conselhos afetas por essa portaria. Informou que a Portaria nº 337/2020 prorrogou os prazos da  
177 Portaria nº 109/2020 até novembro de 2020, porém, antecipou que já estão trabalhando uma nova  
178 prorrogação dos prazos da Portaria nº 109/2020 para verificação funcionamento dos conselhos e dos  
179 fundos de assistência social para 2021 diante à manutenção da situação de pandemia. Relatou que,  
180 através da averiguação da paridade dos conselhos, constataram que existem 602 CMAS irregulares,  
181 sendo que 154 são da região nordeste. Expôs as ações de monitoramento das paridades realizadas e  
182 comunicou que foi criado um *drive* para armazenamento de normativos para acesso dos CEAS,

183 discorrendo que as próximas ações futuras serão: monitoramento contínuo das ações junto à  
184 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social; concluir a análise das  
185 planilhas e dos normativos armazenados pelas equipes estaduais no *drive*; realização de  
186 videoconferência com as equipes estaduais com os resultados das análises do gestor federal; e  
187 notificar os municípios que se encontram em situação irregular com prazo para adequação. Abrindo  
188 para os debates, o Conselheiro Municipal Sérgio Cruz relatou que houve um erro de preenchimento  
189 em relação à paridade do conselho, uma vez que o seu conselho não conseguiu preencher todas as  
190 vagas de conselheiro da sociedade civil no processo eleitoral, entendendo que esse preenchimento  
191 deve ser feito de acordo com a lei e não pelo resultado da eleição. O Conselheiro Municipal  
192 Rodrigo Xavier questionou se haverá alguma orientação sobre as Portaria nº 369 e nº 378 e  
193 entendeu que deveriam seguir a paridade existente nos conselhos de saúde para maior dinamicidade  
194 das deliberações. A Conselheira Estadual Tereza Serra externou a sua preocupação a prorrogação de  
195 mandato dos conselheiros, uma vez que Ministério Público negou essa possibilidade em seu  
196 conselho. Entendeu que o CNAS deveria deixar claro que não pode haver prorrogação de mandato  
197 de conselheiro, quem pode fazer parte da mesa diretora e as questões de paridade e  
198 proporcionalidade na Resolução CNAS nº 237/2006. A Conselheira Nacional Heloiza de Almeida  
199 Prado Botelho Egas reforçou a informação da realização da consulta pública referente à Resolução  
200 CNAS nº 237/2006, entendendo que será uma oportunidade de incluir as demandas locais. A Sra.  
201 Ana Carolina Souza explicou que existe o entendimento que pode ocorrer erros de preenchimentos  
202 e por isso, estão fazendo uma análise antes de notificar os conselhos em relação à paridade. A  
203 Conselheira Estadual Robelia Lopes inferiu que o debate sobre a paridade é muito complexo e que é  
204 necessário fletir quais são os motivos da falta de trabalhadores e usuários nos conselhos. A  
205 Conselheira Municipal Goretti Bastos discorreu que é necessário reforçar algumas questões que  
206 ainda estão abertas na Resolução CNAS nº 237/2006 e questionou se haverá algum prejuízo para os  
207 municípios, uma vez que não foi aberto o preenchimento do plano de ação. A Sra. Ana Carolina  
208 Souza explicou que não haverá nenhum prejuízo aos conselhos e aos municípios pelo não  
209 preenchimento do plano de ação e o Conselheiro Nacional Carlos Nambu informou que existe um  
210 projeto de lei que propõe que a paridade seja 25% do governo, 25% de trabalhadores, 25% de  
211 usuários e 25% de entidades. Com relação à prorrogação de mandato, arrazoou que é muito  
212 importante a realização de contribuições na consulta pública da Resolução CNAS nº 237/2006 para  
213 fomentar esse debate. A Conselheira Estadual Vanessa Pita Sousa indagou se houve alguma

214 devolutiva aos CEAS em relação ao número de municípios que não cumprem a paridade e a  
215 Conselheira Estadual Katia Ferreira compreendeu que é necessário pensar a proporcionalidade com  
216 relação às entidades diante a dificuldade de existências delas em alguns municípios. A Conselheira  
217 Estadual Maria Dalva relatou que o CEAS/RN está passando pelo problema de prorrogação de  
218 mandato e a Sra. Ana Carolina Souza informou que ainda não finalizaram as análises e por isso não  
219 fizeram a devolutiva aos estados. O Conselheiro Municipal Marcos Pimentel salientou a sua  
220 preocupação com a indicação de representantes não compromissados com a assistência social pela  
221 nova gestão do município e a Conselheira Municipal Irmã Maria do Rosário entendeu que a  
222 paridade é muito importante. Diante alguns questionamentos sobre as orientações relacionadas às  
223 Portarias nº 369 e 378, o Conselheiro Carlos Nambu explicou que as demandas realizadas durante  
224 as discussões serão enviadas ao CNAS a fim de que sejam definidos encaminhamentos, ponderando  
225 que existe a previsão de realização de uma *live* ou a realização de apoio técnico sobre a prestação de  
226 contas. Prosseguindo para a avaliação e encerramento, a Sra. Mirian da Silva Queiroz informou que  
227 a avaliação foi encaminhada aos participantes por *e-mail*, destacando a sua importância e reforçou  
228 que a Secretaria-Executiva do CNAS está trabalhando para operacionalização da consulta pública  
229 da Resolução CNAS nº 237/2006 para que seja disponibilizada até 1º de dezembro de 2020.  
230 **ENCERRAMENTO:** Os Conselheiros Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas e Carlos Nambu  
231 agradeceram a presença de todos e o trabalho realizado pela equipe da Secretaria-Executiva,  
232 encerrando a Reunião Regional do CNAS com os CEAS e o CAS/DF – Região Nordeste.

233

234

235

236

**Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas**  
**Conselheira Nacional de Assistência Social**

237

238

239

240

**Carlos Nambu**  
**Conselheiro Nacional de Assistência Social**

241

242

243

244

Novembro de 2020